

# Os Desafios Atuais da História do Trabalho<sup>1</sup>

Claudio H. M. Batalha\*

**Resumo:** O artigo realiza uma avaliação da historiografia do trabalho brasileira recente. Aponta que, apesar de seu desenvolvimento, ainda há muito o que ser feito, sobretudo no sentido da reflexão metodológica. Ressalta também algumas possíveis direções para as pesquisas na área, especialmente no que se refere ao uso da comparação e de modelos e à articulação de diferentes escalas, contextos e realidades nacionais.

**Palavras-chave:** história do trabalho – historiografia brasileira – metodologia – história comparativa – modelos.

Não pretendo entediar o leitor com mais um longo balanço da história do trabalho no Brasil, partindo das suas origens até chegar à atualidade, o que já fiz em outras oportunidades. Entretanto, é inevitável ter que fazer um balanço curto, desenhando em grandes traços um panorama da situação atual da história do trabalho. Do contrário, seria difícil, sem realizar uma breve avaliação

---

\* Professor do Departamento de História da UNICAMP.



daquilo que foi alcançado nessa área de estudos nos últimos anos, apontar para os desafios que julgo devem ser enfrentados. Pois é justamente esse exercício de avaliar as conquistas obtidas que torna possível ver as lacunas, as insuficiências de hoje, para poder pensar em saídas e em novos caminhos.

Tenho que carregar o peso de ter produzido um texto que buscava estabelecer a trajetória percorrida pela história do trabalho no Brasil, mas que terminava com um balanço extremamente pessimista da situação então vivida nesses estudos (Batalha, 1998). Escrito em meados dos anos 1990, o artigo refletia a crise nesse campo, ressaltada em todas as análises daqueles anos. Se hoje não tenho maiores reparos a fazer à avaliação que realizei da trajetória percorrida pela história do trabalho no Brasil, das várias fases que marcaram esse percurso, no que diz respeito ao estado atual dos estudos na área, o texto é evidentemente datado e não reflete a mudança da situação ocorrida nos últimos anos do século passado (Batalha, 2002) e nos primeiros anos do século XXI.

### **Um breve balanço**

Começo esse balanço, portanto, enfatizando que considero que as conquistas da história do trabalho foram muitas e muito significativas desde fins dos anos 1990. Houve ganhos no volume e na qualidade da pesquisa produzida, com reflexos evidentes nas publicações, na variedade dos temas abordados, na construção de espaços institucionais e acadêmicos para a história do trabalho. Sem esta última, dificilmente esse campo de estudos teria o espaço que hoje tem nos periódicos especializados e nos encontros científicos da disciplina.

Eu diria que a história do trabalho passou por um processo de ampliação no que diz respeito aos temas e de abertura no que diz respeito às abordagens e enfoques. Essas mudanças

possibilitaram seu retorno ao primeiro plano da produção acadêmica, fugindo ao ostracismo a que fora relegada e contrariando as previsões de sua morte anunciada nos anos 1990.

O aspecto mais evidente dessa ampliação de enfoque tem sido a discussão sobre quem englobar em uma história do trabalho. Qual, afinal, seria seu objeto? Hoje, em tese, quase todos os seus praticantes estão de acordo que a redução da história do trabalho ao operariado fabril é inaceitável, que seria necessário incluir trabalhadores livres e não livres, urbanos e rurais, assalariados e autônomos, contratados e sazonais. Refletindo essa perspectiva, já há pesquisadores da escravidão e do mundo rural que se identificam na história do trabalho. Entretanto, ainda há um peso majoritário de pesquisas sobre trabalhadores livres urbanos nesse campo e, sobretudo, como veremos, a articulação dentro de uma mesma pesquisa dos diferentes setores do mundo do trabalho ainda é bastante rara.

A própria noção de classe social, conceito central nesse campo de estudos, sem deixar de estar presente, não reina mais absoluta. Mostrando-se cada vez mais sensível a outros recortes além do de classe, tais como gênero, raça e etnia, a história do trabalho nos últimos anos ao invés de contrapor esses diversos recortes, tenta integrá-los.

Os temas tratados pela história do trabalho já não privilegiam esse ou aquele aspecto, tendem a ter mais atenção com a diferença e com a complexidade da realidade. A história do trabalho tradicional preocupava-se essencialmente com os aspectos que unificavam os trabalhadores; sem abandonar essa dimensão essencial para a compreensão da ação classista, está cada vez mais atenta àquilo que os divide (origens étnicas, diferenças de ganhos e de status social, crenças, etc.). Certas dicotomias que prevaleceram durante algum tempo nesse campo, opondo, por exemplo: trabalho e lazer, organização e cotidiano, militância e trabalhadores não-organizados; agora têm pouco espaço.

No que diz respeito aos limites cronológicos ocorreu uma ampliação nos anos 1990 com relação aos períodos precedentes. Por um lado, acabou a “divisão de trabalho” informal entre historiadores e cientistas sociais, que deixava para estes últimos tudo que dizia respeito ao pós-1945 ou, na melhor das hipóteses, ao pós-1964. Historiadores têm trabalhado com períodos cada vez mais contemporâneos. Tornaram-se usuais, nesse sentido, trabalhos sobre o Brasil que chegam aos anos 1980 e até mesmo 1990. Isso, evidentemente, suscita um novo debate sobre quão próxima do presente uma pesquisa histórica pode chegar.

Por outro lado, teve início, ainda que timidamente, a ampliação inversa, rumo ao passado, da cronologia inicial dos estudos do trabalho. Assim, os recortes habitualmente aceitos que impõem como momentos iniciais para os estudos do trabalho o surto de industrialização da década de 1880 ou marcos como o fim da escravidão e a República, passam a ser cada vez mais questionados. Desse modo, os historiadores do trabalho começam a voltar-se para o período que precede as duas últimas décadas do século XIX como um campo legítimo para suas análises.

Ocorreu também uma considerável ampliação do recorte geográfico adotado na história do trabalho. Há muito que os estudos sobre este campo deixaram de voltar-se para o eixo Rio e São Paulo. Afora a já vasta produção sobre o Rio Grande do Sul, há trabalhos sobre Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Pará e Amazonas. Cada vez mais é possível encontrar pesquisas que têm como recorte geográfico localidades onde o trabalho industrial está longe de ser significativo. Um levantamento, ainda inédito, que foi realizado por Silvia Petersen da produção em história do trabalho abordando locais fora do Rio e São Paulo seguramente trará surpresas quanto ao número e à abrangência dessa produção.

Por último, pondo fim a esse rápido balanço, convém lembrar que a constituição do Grupo de Trabalho (GT) “Mundos do

Trabalho” no âmbito da Associação Nacional de História (ANPUH), primeiro, em 1999, no Rio Grande do Sul e depois nacionalmente, foi um passo fundamental para a consolidação de uma instância de discussão e de um espaço institucional para a história do trabalho, até então inexistentes. Esse espaço de intercâmbio entre pesquisadores não se limita aos encontros da ANPUH, mas tem caráter permanente através de uma lista de discussão, de uma página na Internet<sup>2</sup> e de encontros estaduais e nacionais exclusivos do GT. Ainda que seja difícil avaliar com precisão seu peso exato, parece-me que esse GT tem desempenhado um papel não negligenciável no estímulo às pesquisas na área. O sucesso dessa iniciativa, em parte, pode ser verificado pelo poder de atração dos simpósios temáticos promovidos pelo GT nos encontros da ANPUH e pela presença crescente neles de jovens pesquisadores.

### **Problemas e desafios**

O fato de se poder fazer hoje um balanço globalmente positivo daquilo que foi obtido nesse campo de estudos não significa que pouco resta a ser feito, pelo contrário, ainda há muito a fazer para a sua consolidação. Esse processo de afirmação e fortalecimento da história do trabalho passa pela capacidade que seus pesquisadores precisam adquirir para detectar as falhas, as deficiências e as insuficiências nos procedimentos e abordagens empregados.

Peguemos, a título de exemplo, o marco de 1888, que apesar de ter sido colocado em xeque, ainda continua a ser um marco cronológico com o qual pouquíssimos trabalhos de fato rompem. Ainda são limitados os exemplos de pesquisas capazes de transitar facilmente da escravidão para o trabalho livre, mesmo no período anterior a 1888. Afirmar que os escravos são trabalhadores e que

nessa condição são parte integrante da história do trabalho podia ser uma novidade nos anos 1990, quando Sílvia Hunold Lara (1998) publicou o artigo que foi um dos deflagradores desse debate, mas já deixou de sê-la. Entretanto, pouco se avançou nessa discussão, para além do princípio enunciado. Escravos e trabalhadores livres constituem uma única classe trabalhadora ou de fato são classes distintas, tanto em termos jurídicos (o que é óbvio), como em suas aspirações? Não deixa de ser surpreendente que mesmo autores de nítido viés thompsoniano recorram a uma argumentação da classe como categoria heurístico-analítica e não da classe como realidade histórica para falar dos escravos como classe.<sup>3</sup> Ao recorrer a Thompson e à sua noção de luta de classes sem classes para dar conta da ação dos escravos no Brasil oitocentista, alguns parecem esquecer que em Thompson essa noção está voltada a um período que antecede o processo de formação da classe operária inglesa, com a finalidade de descrever uma sociedade em que as classes não se concebem como classes.<sup>4</sup> O problema é que no Brasil da segunda metade do século XIX, já há exemplos de formas de solidariedade horizontais e de organizações que se definem em termos classistas.

Por outro lado, a ruptura com os marcos cronológicos tradicionais não elimina, evidentemente, a necessidade de toda pesquisa histórica ter que ser delimitada no tempo. Buscar recortes cronológicos que sejam específicos do objeto da pesquisa apenas resolve em parte o problema, pois ainda é necessário estabelecer delimitações que sejam significativas para a sociedade em que o objeto da pesquisa está inserido. Ao estudar uma dada associação ou a trajetória de um indivíduo não podemos nos ater à cronologia que é exclusiva desses objetos específicos, sem levar em conta o contexto mais amplo em que estão situados. Nesse sentido, há que refinar os recortes cronológicos e estabelecer articulações e hierarquias entre eles.

Os estudos de caráter monográfico que caracterizam de modo geral nossos mestrados e doutorados ainda respondem pela maioria da produção tanto da disciplina, quanto da história do trabalho. Se o conhecimento cumulativo alcançado pelo crescente número de estudos neste campo é relevante, o ganho seria ainda mais significativo se cada um deles buscasse enfatizar o que há de específico e o que é generalizável nos casos estudados. Procedimento dificilmente viável sem o recurso a alguma forma de comparação, ainda que limitada à literatura secundária, com processos similares em outros contextos.

A lógica dos estudos monográficos conduz muitas vezes a uma dimensão puramente local nas análises, com isso perde-se não apenas a possibilidade de formular as questões pertinentes para o caso estudado, mas também a articulação entre diferentes escalas (local, estadual, regional, nacional e, por vezes, internacional e inter-regional). Essa necessidade de articulação já foi enfatizada por Silvia Petersen em seus artigos<sup>5</sup>. As articulações, trocas, cruzamentos, redes de sociabilidade fora da escala local raramente figuram nas preocupações das pesquisas. Nos estudos da Primeira República têm-se a impressão de que os pesquisadores interiorizam a lógica federalista, restringindo-se a análises no âmbito municipal ou estadual. Entre as exceções figura o estudo de Osvaldo Maciel (2004) sobre os tipógrafos alagoanos, no qual a trama de relações entre essa categoria em Maceió e seus companheiros no Recife é amplamente explorada.

Há uma crescente produção que foi conduzida pelos temas com os quais trabalha a lidar com diferentes realidades locais, regionais ou nacionais, com trajetórias de indivíduos e idéias entre diferentes contextos geográficos. Caso do livro de Edilene Toledo, *Travessias revolucionárias* (2004) e da tese de doutorado de Vitor Wagner Neto de Oliveira, *Entre o Prata e Mato Grosso* (2006). O primeiro trabalho lida com a questão do sindicalismo revolucionário italiano e sua implementação no Brasil através das trajetórias

de três militantes (Alceste De Ambris, Giulio Sorelli e Edmondo Rossoni). O segundo trata dos marítimos da região do Prata, que engloba quatro países: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. Em ambos não faltam leituras e reflexões de natureza teórica e metodológica sobre seus temas específicos (o sindicalismo revolucionário, o uso das biografias, a categoria dos marítimos, o funcionamento dos navios, das companhias de navegação, dos portos, etc.). Entretanto, apesar de na prática remeterem a abordagens provenientes de campos e métodos da historiografia, como a história transnacional e a história cruzada, não há uma única referência a textos que tratem desses temas. Ao apontar essa característica, não visei de modo algum desqualificar esses dois excelentes e pioneiros trabalhos de pesquisa, mas apenas chamar a atenção de como a reflexão acerca dos métodos de trabalho é uma prática pouco comum na historiografia do trabalho no Brasil<sup>6</sup>.

O mesmo vale para o uso da comparação que com maior ou menor peso está presente em vários exemplos da produção recente. Ela é inevitável no estudo de Beatriz Loner sobre os operários de Pelotas e de Rio Grande (2001), bem como na análise da trajetória de dois militantes socialistas empreendida por Benito Schmidt (2004). Permeia todo o monumental estudo do mutualismo gaúcho de Adhemar da Silva Júnior (2004), que sistematicamente evoca outras experiências mutualistas. E, também aparece em vários momentos do livro de Fernando Teixeira da Silva (2003) sobre os trabalhadores santistas no entreguerras em que as referências a outros portos do mundo são freqüentes. Como nos trabalhos já mencionados de Toledo e Oliveira, não falta nesses casos uma reflexão teórico-metodológica sobre seus objetos específicos (a construção da classe, a biografia, a condição de militante, o mutualismo sob seus vários aspectos, os trabalhadores portuários e o funcionamento dos portos, etc.), mas o procedimento comparativo não merece maiores considerações. É claro que nenhum desses estudos apresenta-se como exemplo de história comparativa

e que podemos dizer que a comparação é um procedimento inerente a toda construção do conhecimento, daí ser talvez descabido cobrar-lhes essa discussão.

Em todos esses casos, tanto dos estudos que lidam com fenômenos transnacionais, quanto naqueles que recorrem à comparação, os autores involuntariamente procederam de forma intuitiva, sem julgar necessária a reflexão em torno da metodologia empregada. Essa é uma característica geral e, portanto, não exclusiva dos exemplos mencionados<sup>7</sup>. Em suma, a reflexão sobre abordagens e métodos ainda está muito aquém daquilo que seria desejável, considerando a qualidade e a riqueza da produção existente.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito às nossas formas de trabalho. Na medida em que as carreiras universitárias hoje não se limitam mais à obtenção do mestrado e do doutorado, pois o título exigido para ingresso na carreira docente na maioria dos concursos é de doutor; há exigências crescentes de novos projetos e maior número de publicações dentro das universidades voltadas à docência e pesquisa. Os recursos mais vultosos para financiamento à pesquisa junto às agências de fomento não se encontram em modalidades de projetos individuais, mas em projetos coletivos de certo porte, envolvendo muitas vezes equipes de diferentes universidades. No entanto, nós, historiadores, não temos – ao contrário de nossos colegas das ciências sociais – uma tradição consolidada de projetos de equipe, assim freqüentemente os projetos coletivos formulados nada mais são que um aglomerado de projetos individuais díspares, reunidos sob um título abrangente.

Para finalizar esta parte, no que diz respeito ao nosso GT, não obstante seu inegável peso nos Encontros Nacionais da ANPUH e de ter realizado pela terceira vez a Jornada Nacional de História do Trabalho, precisamos reconhecer que seu sucesso estadual é muito desigual. O que em parte pode ser atribuído à força ou à fraqueza dos núcleos regionais da ANPUH. De todo modo, em nenhum estado, mesmo naqueles, como São Paulo, em que o

GT é razoavelmente estruturado, o modelo bem-sucedido do GT pioneiro do RS pôde ser reproduzido. Limitar-me-ei a essa observação, já que o detalhamento das variadas causas dessa situação tomaria muito tempo e espaço.

96

### Possíveis novos caminhos

Preocupa-me menos apontar quais estudos que poderiam ser feitos ou que temas merecem ser abordados, mas muito mais sob que aspectos poderíamos enriquecer nossa abordagem. Muito daquilo que será aqui proposto, como ficará evidente, não se aplica exclusivamente à história do trabalho, ainda que seja pensando nela que proponho esses procedimentos.

Há um renovado interesse no uso da comparação na história, apesar de restrito a círculos limitados de historiadores europeus e norte-americanos. Visível, por exemplo, no lançamento de publicações e na realização de simpósios em torno de Marc Bloch e de sua obra<sup>8</sup>. É verdade que a história comparativa propriamente dita, que suponha uma pesquisa de fontes primárias em pelo menos dois contextos diferentes, mas que possuam fenômenos similares, é um procedimento reservado para uma minoria, como enfatizam alguns dos seus praticantes (Haupt; Kocka, 2004, p. 25). Entretanto, sempre é possível e desejável a introdução de alguma comparação em qualquer fenômeno estudado, mesmo que fundada no conhecimento desigual dos casos comparados<sup>9</sup> e recorrendo à literatura secundária como fonte de informação. A comparação auxilia na elaboração das hipóteses explicativas e suscita questões que dificilmente surgiriam apenas com um estudo de caso. Somente a comparação permite distinguir os traços gerais dos específicos no estudo de um dado fenômeno. De que adianta acumularmos um número crescente de estudos sobre sociedades mutualistas em todas as partes do Brasil, se não tivermos

elementos para saber o que há de comum entre elas e no que certos casos e aspectos são específicos, como torna evidente o trabalho de Silva Jr. (2004)?

Encontros em que cada pesquisador apresenta sua contribuição sobre determinado tema a um eventual comentador ou ao público constituem uma forma ainda muito precária e pouco eficaz de comparação. Entre essa fórmula e um projeto propriamente comparativo, com todas as dificuldades que isso envolve, (sobretudo, no Brasil onde não temos uma tradição sólida nesse campo), há uma solução intermediária que é a comparação por justaposição. Esse procedimento – adotado em vários dos projetos internacionais do Instituto Internacional de História Social de Amsterdã (Van der Linden, 1996; Davies, 2000) – consiste em estabelecer uma série de hipóteses a serem verificadas em torno de um tema (como o trabalho portuário ou o trabalho informal). São, então, convidados pesquisadores de diferentes partes do mundo a escrever sobre o tema em questão. Nesse processo, as hipóteses iniciais serão testadas e se necessário reformuladas, e em diferentes etapas do trabalho ocorrem reuniões do grupo de pesquisadores para discutir os resultados alcançados. Iniciativas dessa natureza entre nós – em uma escala mais modesta – são perfeitamente plausíveis.

Na trilha da retomada da história comparativa, surgiram toda uma série de outros métodos que, operando também com diferentes contextos na análise, pretenderam marcar sua diferença com relação à primeira, a quem acusavam de estar demasiadamente baseada na lógica do Estado-nação. Assim surgiram, em anos recentes, a história transnacional, a história cruzada, a história de transferência, para mencionar apenas alguns exemplos.

A história transnacional, como o próprio nome diz, volta-se para o estudo de fenômenos transnacionais e pode ou não compreender uma dimensão comparativa. A história cruzada visa dar conta de fenômenos de interconexões e cruzamentos que ocorrem

simultaneamente em dois contextos diversos. Já a história de transferência remete mais diretamente a fenômenos culturais que teriam origem em um contexto e seriam “transferidos” para outro.<sup>10</sup>

Muitos dos temas em que possamos pensar se enquadrariam em mais de uma dessas metodologias. Além disso, as diferenças entre elas – que fazem questão de proclamar para delimitarem-se umas das outras – são sutis demais para justificar a escolha exclusiva por apenas uma. A principal vantagem, no meu entender, desses métodos está nas possibilidades que oferecem para trabalhar as articulações entre diferentes contextos e a junção de diferentes escalas de análise.

Outro aspecto, não sem importância, de alguns desses métodos está na preocupação com estratégias narrativas que permitam articular com alguma harmonia dois ou mais relatos sobre casos diversos.

Não pretendi pregar a adoção de qualquer uma dessas correntes metodológicas pela história do trabalho; meu objetivo foi chamar a atenção para a necessidade de uma maior reflexão sobre os métodos adotados e que os métodos aqui mencionados podem trazer contribuições interessantes ao estudo de uma série de temas.

Refletir sobre o método remete igualmente ao uso de modelos. Quando foi feita a crítica do paradigma de São Paulo (já que o caso do Rio de Janeiro nunca foi adotado como generalizável), não se quis dizer que modelos tivessem deixado de ser adotados, ainda que de forma implícita. Ao falarmos de sindicalismo reformista ou de sindicalismo revolucionário, construímos modelos desses tipos de ação sindical. O mesmo ocorre quando estabelecemos qualquer tipo de classificação ou tipologia de formas de organização, modalidades de contratação, status profissional, ou outras. Modelos servem para ordenar e classificar as evidências empíricas, torná-las passíveis de equiparação umas com as outras. Portanto, o uso de modelos, desde que constantemente submetidos

ao controle das evidências, costuma ser útil na construção do conhecimento histórico. Nesse sentido, permitam-me citar um autor insuspeito de qualquer viés teoricista:

“Um modelo é uma metáfora do processo histórico, indicando suas partes significativas, a forma pela qual estão inter-relacionadas e a forma pela qual mudam. Por um lado, a história se mantém irreduzível; permanece sendo *tudo* o que aconteceu. Por outro, a história não se torna história até que haja um modelo. A partir do momento em que as mais elementares noções de causa, processo ou padronização cultural entram em cena, algum modelo é adotado. Será bem melhor se for explicitado.” (Thompson, 2001, p. 155).

Thompson, quando escreveu essas linhas, estava imerso no debate com Perry Anderson e Tom Nairn sobre o suposto fracasso da classe operária e da burguesia britânicas em serem tão revolucionárias quanto suas congêneres francesas. A crítica que formula a Anderson e Nairn não se volta, no entanto, contra o uso de modelos, mas à adequação dos modelos propostos.

É precisamente em torno dos modelos escolhidos e de sua pertinência que gira o longo debate sobre o “excepcionalismo” norte-americano, provocado, entre outros, pelo sociólogo alemão Werner Sombart, que em 1906 pretendia entender porque não surgira nos Estados Unidos um partido socialista de massas nos moldes do Partido Social-Democrata Alemão<sup>11</sup>. Discussões de natureza similar foram propostas por Charles Bergquist (1990), quando sustentou que os modelos das histórias do trabalho britânica e norte-americana seriam inadequados para a América Latina, o que lhe valeu uma crítica de Jeremy Adelman (1991) na mesma revista especializada.

As questões em torno da busca de modelos e sua adequação servem também para explicar o crescente interesse dos historiadores do trabalho brasileiros pela produção pouco conhecida

entre nós dos historiadores indianos, tanto daqueles ligados aos *Subaltern Studies* (Estudos Subalternos), quanto daqueles que se mostram críticos dessa corrente<sup>12</sup>.

Concluo lembrando o que disse de início: avançamos muito na história do trabalho, porém para vencermos os novos desafios que temos pela frente, precisamos, de um lado, consolidar e ampliar nosso aparato analítico, de outro, não termos medo de engajar-nos em projetos coletivos.

Recebido em 08/09/2006.

Autor convidado.

***Social relations of dominance and resistance: “Present challenges to labor history”***

**Abstract:** This article analyzes the recent Brazilian historiography of labor. It points that, instead of its development, there's still much to be done, especially in terms of methodological reflection. It points, too, some possible directions for researches in this field, particularly as for the use of comparison and standards and the articulations of different scales and national contexts and realities.

**Keywords:** labor history – Brazilian historiography – methodology – comparative history – standards.

## Notas

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste texto foi apresentada como palestra durante a III Jornada de História do Trabalho da ANPUH-RS, realizada na Universidade Federal de Santa Maria, de 1 a 3 de junho de 2006.

<sup>2</sup> <http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/>

<sup>3</sup> Ao mencionar duas sociedades negras, a Sociedade de Beneficência da Nação Conga Amiga da Consciência e a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor, apontando suas semelhanças com as sociedades de trabalhadores abordadas em um artigo de minha autoria (Batalha, 1999), Sidney Chalhoub (2003, p. 242-8) escreveu “... a organização de tais associações de trabalhadores negros tem que ser reconhecida como capítulo crucial na formação da classe operária no Brasil”. Todavia, é a presença de “artistas” na diretoria dessas sociedades e a suposta maioria de trabalhadores entre seus membros que servem de argumento para classificar

essas organizações como *de trabalhadores*. Ou seja, é a condição objetiva de trabalhadores de seus membros que torna essas sociedades de trabalhadores, pouco importando o fato de que nenhuma delas se expressasse nesses termos, pois se definem pela sua origem étnica ou racial.

<sup>4</sup> A título de exemplo ver o recente artigo de Negro e Gomes (2006).

<sup>5</sup> A título de exemplo ver Petersen (1997).

<sup>6</sup> Como ambas as pesquisas foram realizadas sob minha orientação, cabe a mim a responsabilidade por não estar suficientemente atento na época para essa necessidade.

<sup>7</sup> É desnecessário dizer que minha própria produção também é marcada pela ausência dessa preocupação.

<sup>8</sup> A título de exemplo ver Astma e Burguière (1990).

<sup>9</sup> Nancy Green (2004, p. 49-50) pondera que quase sempre ocorre uma inevitável assimetria nas comparações, por exemplo, com o uso de fontes de natureza diferente.

<sup>10</sup> Sem pretender fornecer uma bibliografia alentada sobre esses métodos, eis algumas indicações: sobre a história transnacional (Armintage, 2004; Miller, 2004); sobre a história cruzada (Werner e Zimmermann, 2003); sobre a história de transferência (Espagne, 1999; Espagne e Middell, 1993).

<sup>11</sup> Sobre esse debate ver Heffer e Rovet (1988) e Wilentz (1984).

<sup>12</sup> Entre os exemplos da produção do primeiro grupo está Guha e Spivak (1988) e Chakrabarty (1997), e entre os críticos está Chanvarkar (1997). Para tentar minimizar o grande desconhecimento dessa produção no Brasil, Fernando Teixeira da Silva e Sílvia Hunold Lara preparam a publicação de uma coletânea de trabalhos da historiografia indiana traduzidos.

## Referências

ADELMAN Jeremy. Against Essentialism: Latin American Labour History in Comparative Perspective. A Critique of Bergquist. *Labour/Le Travail*, n. 27, p. 180-181, Spring 1991.

ARMINTAGE, David. Is There a Pre-History of Globalization? In: COHEN, Deborah; O'CONNOR, Maura (orgs.). *Comparison and History*. Europe in Cross-National Perspective. Nova Iorque/Londres: Routledge, 2004.

ATSMA, Hartmut; BURGUIÈRE, André (orgs.). *Marc Bloch aujourd'hui: Histoire comparée & sciences sociales*. Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.

## Os desafios atuais da História do Trabalho

BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco; São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990. *História*, São Paulo, n. 21, p. 73-87, 2002.

\_\_\_\_\_. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL* (Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH/UNICAMP), Campinas, v. 6, n. 10-11, p. 41-68, 1999.

BERGQUIST, Charles. Latin American Labour History in Comparative Perspective: Notes on the Insidiousness of Cultural Imperialism. *Labour/Le Travail*, n. 25, p. 189-198, Spring 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAKRABARTY, Dipesh. The Time of History and the Times of Gods. In: LOWE, Lisa; LLOYD, David (orgs.). *The Politics of Culture in the Shadow of Capital*. Durham/Londres: Duke University Press, 1997. p. 35-60.

CHANDAVARKAR, Rajnarayan. 'The Making of the Working Class': E. P. Thompson and Indian History. *History Workshop Journal*, n. 43, p. 177-196, Spring 1997.

DAVIES, Sam et al. *Dock Workers: International Explorations in Comparative Labour History, 1790-1970*. Aldershot/Burlington: Ashgate, 2000.

GREEN, Nancy L. Forms of Comparison. In: COHEN, Deborah; O'CONNOR, Maura (orgs.). *Comparison and History*. Europe in Cross-National Perspective. Nova Iorque/Londres: Routledge, 2004.

GUHA, Rana; SPIVAK, Gayatri Chankravorty (orgs.). *Selected Subaltern Studies*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

HAUPT, Heinz-Gerhard; KOCKA, Jürgen. Comparative History: Methods, Aims, Problems. In: COHEN, Deborah; O'CONNOR, Maura (orgs.). *Comparison and History*. Europe in Cross-National Perspective. Nova Iorque/Londres: Routledge, 2004.

Claudio H. M. Batalha

HEFFER, Jean ; ROVET, Jeanine (orgs.). *Why is there no socialism in the United States?/ Pourquoi n'y a-t-il pas de socialisme aux États-Unis?* Paris : Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1988.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, n.16, 1998.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e do Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora Universitária – Universidade Federal de Pelotas/ Unitrabalho, 2001.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho. Apóstolos do socialismo: Os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895-1905)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas, uma história social do trabalho. *Tempo social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Entre o Prata e Mato Grosso: Uma viagem pelo mundo do trabalho marítimo de 1910 a 1930* (Buenos Aires, Montevidéo, Assunção e Corumbá). Tese de doutorado em História, UNICAMP, Campinas, 2006.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997. p. 85-103.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Tese de doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizado por Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

Os desafios atuais da História do Trabalho

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

VAN DER LINDEN, Marcel (org.). *Social Security Mutualism. The Comparative History of Mutual Benefit Societies*. Berna: P. Lang, 1996.

WENER, Michael ; ZIMMERMANN, Bénédicte. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, v. 58, n. 1, jan./fev. 2003.

WILENTZ, Sean. Against Exceptionalism: Class Consciousness and the American Labor Movement, 1790-1920. *International Labor and Working Class History*, n. 26, p. 1-24, Fall 1984.